

06 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Projeto aproxima Justiça dos estudantes

Escolas municipais de Londrina começaram a receber as visitas do projeto "Justiça se aprende na Escola", do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A ideia é levar às crianças noções do trabalho do Judiciário, através de conversas informais conduzidas por juizes, promotores e advogados. "Queremos aproximar o Poder Judiciário, o Ministério Público e os advogados das crianças, desmistificar a figura do juiz, que é visto por muitas delas como uma pessoa inacessível. O projeto quer trazer o Judiciário para dentro da escola, através de conversas informais ensinando a eles o que faz um juiz, um advogado e porque existe Justiça", explicou a juíza de Direito das Varas da Infância e Juventude de Londrina, Isabele Ferreira Noronha. As visitas são a primeira etapa do projeto.

A primeira escola visitada foi a municipal Irene Aparecida da Silva, localizada no Conjunto Habitacional Jamile Dequech (zona sul). Cerca de 50 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental participaram da palestra no período da tarde e puderam, entre outras coisas, conhecer leis e saber como denunciar casos de violência ou abuso sexual, por exemplo.

O estudante João Luiz Ferreira Neto, de 11 anos, garantiu que não vai esquecer tão cedo o que aprendeu. "A gente aprendeu o que pode e o que não pode fazer e que tudo o que a gente faz de errado volta pra gente mesmo", contou o garoto.

"Foi muito legal para incentivar muitas crianças a ser pessoas de bem e seguir carreira como advogado, promotor ou juiz", valorizou Samuel Fernandes Silva, de 11 anos, que sonha um dia estar do outro lado. A próxima etapa consiste na elaboração de uma redação sobre o tema e as melhores serão premiadas, de forma simbólica.

!
Quinze escolas em situação de maior vulnerabilidade social receberão as visitas até o final de outubro

!
Após as palestras, os alunos receberão apostilas e terão cerca de 30 dias para estudar o papel do Judiciário, antes da visita ao Fórum de Londrina

Gina Mardones



FOLHA DE LONDRINA

MONIA SERAFIM

RENATA TSUKADA

06 OUT 2015

A Defensoria sangra

A garantia dos direitos humanos no estado do Paraná deu um importante passo com as audiências de custódia iniciadas em algumas comarcas, inclusive na comarca de Londrina. Entretanto, a Defensoria Pública, instituição constitucionalmente prevista para atuar na defesa dos direitos humanos, sangra no Estado. Um exemplo bastante claro desse problema é a cidade de Londrina, que conta com apenas três defensores públicos. Apenas a título de comparação, existem aproximadamente 40 magistrados e 31 promotores de Justiça.

No ano de 2015, foram realizados 827 atendimentos ao público na sede da Defensoria Pública na cidade. A maioria das pessoas que busca atendimento jurídico, infelizmente, é encaminhada para outros órgãos, em razão da insuficiente quantidade de defensores públicos na região.

Nem mesmo temas caros à Defensoria, como as audiências de custódia, podem ser atendidos pela instituição em todas as cidades e as perspectivas não são as melhores para a instituição.

Após 27 anos da publicação da Constituição com a previsão de uma Defensoria independente e autônoma para a realização da defesa de pessoas hipossuficientes, alguns estados insistem em ignorar o mandamento constitucional.

Um dos principais entraves para o desenvolvimento da Defensoria Pública no Paraná é o baixo orçamento destinado para a instituição. O valor previsto para o ano de 2015 foi de R\$ 140 milhões (garantidos por uma liminar do Supremo Tribunal Federal). Já para o ano de 2016, este valor foi reduzido para R\$ 45 milhões. Atualmente, existem 59 defensores públicos aprovados em concurso aguardando a nomeação, entretanto, com o orçamento previsto para o próximo ano a nomeação não pode ser realizada.

Neste mês, novamente, a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) ingressou com ação no STF para tentar garantir um orçamento razoável para a instituição, pois do

contrário, a Defensoria do Paraná passará por sérios problemas de ordem orçamentária para o próximo ano.

Os gastos de manutenção das sedes e de pagamentos de folha de salário aumentaram, tendo em vista que o concurso para quadro de apoio para cargos de psicólogos, assistentes sociais, assessores jurídicos, técnicos dentre outros, expirou no final de 2014 sem a nomeação dos aprovados. Entretanto, o ingresso de inúmeras ações por parte destas pessoas a fim de garantir as suas nomeações gera um aumento dos gastos da instituição. Portanto, um orçamento nos moldes do próximo ano não comporta os gastos já existentes. Aqui, de forma alguma, se faz uma crítica à entrada destes servidores, pelo contrário, são essenciais para a melhora da qualidade do trabalho

dos defensores. O que se faz necessário apontar é a falta de interesse e de planejamento do Estado na efetiva implementação da Defensoria Pública.

Com relação aos próximos anos a situação não se altera. Na semana passada o governo do Estado apresentou o Plano Plurianual (2016-2019) e, neste documento, a previsão de orçamento para a Defensoria

Pública é de R\$ 45 milhões, ou seja, pelos próximos 4 anos a previsão do governo do Estado é a de que a Defensoria Pública permaneça da mesma forma precária que se encontra atualmente.

O Estado ignora a Emenda Constitucional nº 80/2014 que determina que, em 8 anos, a Defensoria Pública esteja presente em todas as comarcas do País. Tal prazo visa dar tempo para que os estados e a União gradualmente cumpram a Constituição.

Diante de todo este cenário, quem perde é a população do Paraná que continua sem a instituição que tem a missão constitucional de garantir os seus direitos e de promover os direitos humanos.

MONIA SERAFIM é defensora pública em Ponta Grossa e **RENATA TSUKADA** defensora pública em Londrina

“

Falta interesse e planejamento do Estado na efetiva implementação da Defensoria Pública

06 OUT 2015

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Pressão

Estamos no limiar de uma contraofensiva na Lava Jato e isso está manifesto nos inúmeros pleitos com interpretação extensiva do fatiamento, imposto pelo STF, com advogados propondo o exame de suas pendências em outra instância relacionada ao local em que se deram as anomalias apontadas. Dentre essas o depoimento do policial federal que detectou aparelho de escuta na dependência do Youssef com objetivo também de "melar" o processo. É que há um grupo de policiais federais em oposição aos que atuam na Lava Jato.

06 OUT 2015

GAZETA DO POVO

» TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Relator vota contra retorno de Maurício Requião ao TC

| Catarina Scortecci

O desembargador Antonio Loyola Vieira, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), votou contra o mandado de segurança do ex-secretário de Educação **Maurício Requião (foto)**, que tenta voltar ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC). O caso se arrasta desde 2008, quando Maurício foi escolhido para a vaga. Vieira é relator do caso no TJ e seu voto foi seguido por outros dois desembargadores na sessão de segunda-feira (5) do Órgão Especial, composto por um total de 25 magistrados. Na sequência, o desembargador José Sebastião Fagundes Cunha abriu divergência, se manifestando favorável ao retorno de Maurício. O placar, contudo, foi suspenso em seguida, com o pedido de vista do desembargador

Luiz Ozorio Moraes Panza.

Para o relator, há “ocorrência de vícios que maculam” a escolha de Maurício. Vieira se refere, principalmente, a três pontos envolvendo a eleição do ex-secretário ao TC. Para ele, a data de abertura do processo eleitoral na Assembleia Legislativa se antecipou à vacância oficial da cadeira de conselheiro do órgão; a realização de votação aberta entre os parlamentares ocorreu “ao arrepio da lei”, pois deveria ter sido fechada; e, por fim, a nomeação fere a súmula vinculante número 13 do STF, “a regra antinepotismo”, já que o governador da época (2008), Roberto Requião (PMDB), é irmão de Maurício.

Já a defesa do ex-secretário, que hoje é conselheiro na Itaipu, reforçou durante a sessão que os três pontos já haviam sido afastados em outros julgamentos, na 4.ª e 5.ª câmaras cíveis do TJ, referentes às duas ações populares que questionaram a nomeação de Maurício. Com o pedido de vista, o julgamento do caso pelo Órgão Especial não tem data para ser retomado.

06 OUT 2015

GAZETA DO POVO

» RECEITA ESTADUAL

Réus querem 'trancar' Publicano

4 Fábio Silveira, do *Jornal de Londrina*

Um grupo de 12 auditores fiscais e um contador, réus nas ações penais da Operação Publicano, está tentando trancar as ações sob a alegação de que a delação premiada de Luiz Antônio Souza é “prova manifestamente ilegal”. Essa tentativa se dá por meio de um pedido de habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A ação é assinada pelos advoga-

dos Arthur Travaglia, Vinícius Medeiros e Edgar Herrera.

Na Operação Publicano, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) investiga a denúncia de que auditores fiscais, contadores e empresários teriam formado uma “organização criminosa” para facilitar a sonegação de impostos mediante propina.

De acordo com Travaglia, que não revelou o nome dos seus clientes, “se comprovada a

ilicitude da delação”, essa decisão “contaminará todas as provas relacionadas” com as denúncias feitas por Souza. A delação premiada do auditor fiscal é considerada um fato fundamental dentro das investigações pelo Gaeco.

Dentre as supostas irregularidades da delação, Travaglia listou o “oferecimento de prêmios não amparados pela lei, a ofensa ao princípio da personalidade e a violação da voluntariedade da delação.”

O advogado de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, disse que “todo ato de defesa tem de ser respeitado”, mas que a chance de a delação premiada do seu cliente ser anulada é “remota”.

CELSONASCIMENTO

Atraso3

De 2004 até agora, os portos de Santos, Rio de Janeiro e Santa Catarina construíram 16 novos berços de atracação. O Paraná, apenas um. Porque aqui predomina a autofagia e o paroquialismo. O último movimento causador do atraso decorreu uma ação da Associação Comercial de Paranaguá, que conseguiu na Justiça a suspensão de audiências públicas que discutiriam a possibilidade de investimentos em novos terminais no litoral do Paraná.

Atraso2

O Ministério Público Federal de Paranaguá se insurgiu contra a decisão do juiz que suspendeu as audiências públicas. Se o parecer do MPF for levado em conta, juízes locais não mais poderão interferir em atos administrativos do Executivo, com base no princípio da separação dos poderes. No caso, as audiências foram marcadas pelo Ministério dos Portos, órgão da Presidência da República, cujos atos só podem ser julgados pelo STJ.

06 OUT 2015

GAZETA DO POVO

Moro diz que não investigou senador no caso da Eletronuclear

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o juiz federal Sergio Moro negou que tenha investigado políticos com mandato e autoridades com prerrogativa de foro privilegiado no esquema de corrupção na Eletronuclear, com suposto pagamento de propina em contrato da obra da usina Angra 3.

O ministro do STF Teori Zavascki decidiu, na sexta-feira (2), que a ação penal envolvendo Flávio Barra, da empreiteira Andrade Gutierrez, e outros processos que tratem da usina nuclear Angra 3 devem ser enviados ao Supremo porque um dos delatores da Operação Lava Jato, o empresário Ricardo Pessoa, disse que o então ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, que atualmente é senador (PMDB-MA), pediu R\$ 30 milhões de propina aos dois consórcios que foram contratados para fazer a montagem da usina nuclear.

O advogado de Lobão, Antonio Carlos de Almeida Castro, nega que seu cliente tenha recebido suborno e repete que não se pode confiar em palavra de delator.

O ministro Teori decidirá, então, se esses casos ficam na Justiça Federal do Paraná, com Moro, ou se devem correr no Supremo por causa da menção ao senador Edson Lobão — que tem foro privilegiado no STF.

BESSA

Pró-Moro

O novo presidente do Movimento Pró-Paraná, Marcos Domakoski, que assumiu o cargo ontem, em cerimônia na Associação Comercial do Paraná, fez uma menção especial ao trabalho da força-tarefa responsável pela Operação Lava Jato. "Acredito mesmo que até agora, nós paranaenses, não despertamos para a abrangência e a influência que esse trabalho extraordinário de 12 procuradores da República e da nata de delegados e agentes da Polícia Federal terá no futuro".

...

O juiz Sergio Moro também mereceu menção: "Penso também que deveríamos cerrar fileiras para defender a atuação do juiz Sergio Moro e sua equipe". Foi interrompido por aplausos.

06 OUT 2015

GAZETA DO POVO

CPI dos Fundos de Pensão ganha ajuda de Moro

O objetivo é trocar informações sobre investigados pela Operação Lava Jato que aparecem em investimentos promovidos pelos fundos

| *Katna Baran e André Gonçalves*

Em um encontro que durou cerca de meia-hora, os deputados federais Sergio Souza (PMDB-PR) e Efraim Filho (DEM-PB), que comandam a CPI dos Fundos de Pensão, conversaram na segunda-feira (5) à tarde com o juiz federal Sergio Moro para requerer informações da Operação Lava Jato que possam colaborar com os trabalhos da comissão. O objetivo é trocar informações sobre investigados pela Lava Jato que aparecem em investimentos suspeitos promovidos pelos fundos.

“Aquilo que aparente-

mente não tem importância na Lava Jato, ou que ainda não é foco das investigações, que é o momento anterior aos contratos, com a composição dos fundos de investimento, tem dinheiro dos fundos de pensão”, afirmou Sergio Souza, que avaliou o encontro como positivo. “Ele [Sergio Moro] se mostrou solícito em compartilhar informações, desde que não atrapalhem novas investigações da Lava Jato”, disse.

Instalada há dois meses, a CPI investiga movimentações dos quatro maiores fundos de pensão de empresas estatais do Brasil, do período de 2003 a 2015. Juntos, o Funcef, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) e o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís) têm um patrimônio estimado em R\$ 400 bilhões.

Há pelo menos quatro nomes que se cruzam nas duas apurações — o doleiro

Alberto Youssef; o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto; o vice-presidente da empreiteira Engevix, Gerson de Mello Almada; e o Jobista Milton Pascowitch. Todos foram presos pela Polícia Federal (PF) por suposto envolvimento com a corrupção na Petrobras.

Conforme Souza, além do compartilhamento de informações, foi requerido ao juiz Sergio Moro a disponibilidade do depoimento de alguns presos da Lava Jato. O primeiro a ser ouvido deve ser o doleiro Alberto Youssef, preso desde março do ano passado em Curitiba. “Já há requerimento para que ele deponha e preste as informações necessárias para o trabalho da CPI”, informou Souza.

06 OUT 2015

GAZETA DO POVO

» MENSALÃO

Pizzolato recorre à Corte Europeia para não ser extraditado

! A extradição de Henrique Pizzolato da Itália para o Brasil chegou à Corte Europeia de Direitos Humanos, sediada em Estrasburgo, na França. Alessandro Sivelli, advogado do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, declarou haver pedido liminar à Corte, em caráter de urgência, para suspender a extradição de Pizzolato. Agentes da Polícia Federal (PF) brasileira já estavam na Itália para trazer Pizzolato, condenado no processo do mensalão, de volta ao Brasil. A expectativa é de que a viagem ocorresse a partir de quarta-feira (7).

Após o Ministério da Justiça italiano ter publicado a data a partir da qual Pizzolato poderia ser levado ao Brasil, Sivelli mandou uma carta ao governo italiano com cópia a rede de parlamentares que o apoiam, para que o ministro da Justiça Andrea Orlando, reveja sua decisão pela extradição até que o recurso a Corte Europeia seja analisado.

Dentre outros pontos, na carta Sivelli questiona o fato de que não foram apresentados dados sobre o local para onde Pizzolato irá quando houver direito à progressão para o regime semiaberto, o que acontecerá em junho 2016.

PGR pede abertura de inquérito sobre presidente do DEM

! A Procuradoria-Geral da República enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de abertura de inquérito contra o presidente do DEM, senador José Agripino Maia (RN), por suspeita de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O caso surgiu a partir de depoimentos prestados na Operação Lava Jato, que apura desvios de dinheiro na Petrobras. Os autos foram encaminhados ao relator do escândalo no tribunal, ministro Teori Zavascki. Os documentos, no entanto, foram repassados para o presidente da Corte, ministro Ricardo Lewandowski, que vai sortear outro ministro para ser o relator do caso Agripino.

No pedido de abertura de inquérito, a PGR afirmou que, apesar de a suspeita ter surgido dentro da Lava Jato, não há relação direta com a corrupção na estatal. Por isso, a investigação não será considerada parte da Lava Jato. O inquérito ainda não foi aberto, e a petição tramita em sigilo absoluto. Agripino é suspeito de ter acertado o recebimento de propina com executivos da OAS, uma das empreiteiras investigadas na Lava Jato. O dinheiro seria fruto de desvios da obra do estádio Arena das Dunas, em Natal, construído especialmente para a Copa do Mundo de 2014.

"Fui informado desse assunto, que me surpreendeu. Entendo ser uma acusação absurda, inverídica e descabida. Me coloco à disposição do Judiciário para promover os esclarecimentos necessários. Manifesto minha indignação", disse o senador.

JUSTIÇA

MP pede que CBF pague R\$ 1 milhão por desmaio de jogadoras

! O Ministério Público do Trabalho no Piauí ajuizou nesta segunda-feira (5) uma ação civil pública que pede o pagamento de R\$ 1 milhão pela CBF como indenização por ter submetido atletas a condições insalubres durante jogo realizado em Teresina, no dia 23 de setembro.

Seis jogadoras desmaiaram durante uma partida do Campeonato Brasileiro feminino entre Tiradentes, do Piauí, e Viana, do Maranhão, disputada com temperaturas acima de 40° C. As atletas entraram em campo no estádio às 15 h, mas o duelo teve de ser encerrado antes dos 45 minutos do segundo tempo.

ANDERSON FURLAN

Uma verdade inconveniente

Os equinos e bovinos, juntamente com lobos e cachorros, estão entre os primeiros animais domesticados. Durante as caçadas pré-históricas, os filhotes, que continuavam perto das mães assassinadas, eram recolhidos e criados em cativeiro, começando-se assim uma longa história de convivência (parasitária, é verdade) entre espécies. Apesar de o mundo ter evoluído, persiste em muitas cidades a utilização de carroças de tração animal para transporte de pessoas e coisas.

São muitos os males que afligem os animais obrigados a circular pelas cidades puxando carroças: inalação contínua de poluentes; cargas extremamente pesadas, deslocadas em subidas e descidas, muitas vezes íngremes; longas jornadas de trabalho; alimentação totalmente inadequada; desidratação; carroças em más condições ou defeituosas; alojamento inadequado na zona urbana; colocação de ferraduras de baixa qualidade e borrachas de pneus velhos nos cascos de animais, cuja troca frequente (em média a cada 15 dias) danifica os cascos, causando inflamações, infecções e lesões graves; ausência de percepção de doenças, por parte dos carroceiros, fazendo com que o animal seja obrigado a trabalhar doente e enfraquecido; uso de chicotes e ferramentas para agredir os animais; ausência de acompanhamento veterinário, vacinação e vermifugação; havendo estudos comprovando que quase 80% dos animais morrem por tétano e 100% dos animais, em muitas cidades, nunca foram tratados contra vermes; acidentes de trânsito; estresse e transtornos mentais causados pelo barulho, carga excessiva de trabalho e ausência de descanso.

A pressão da sociedade e de ativistas em defesa dos animais, entretanto, tem conseguido proibir a utilização de animais para transporte de pessoas e coisas nas vias públicas. No fim de 2014, Israel se tornou o primeiro

país a banir totalmente as carroças e carruagens com tração animal. Em dezembro de 2014, uma das propostas de campanha de Bill de Blasio para a prefeitura de Nova York foi concretizada. O prefeito apresentou o projeto de lei (Intro 573) visando banir as carruagens e carroças puxadas a cavalo (“bill to ban horse-drawn carriages”).

No Brasil, o Código Nacional de Trânsito, em seu artigo 24, XVIII, delegou aos municípios a competência para conceder autorização para condução de veículos de tração animal. Dezenas de municípios brasileiros já baniram as carroças das vias urbanas. Agora, a Câmara Municipal de Curitiba aprovou por unanimidade projeto de lei do prefeito para proibir a circulação de veículos de tração animal.

A decisão é acertada e tem o apoio da sociedade. Se por um lado é verdade que algumas pessoas muito pobres ficarão sem um instrumento de trabalho, por outro lado não é menos verdade que o Estado brasileiro tem ampla rede de proteção de deficientes, idosos e crianças, como a Lei 8.742, o Estatuto do Idoso e o programa Bolsa Família. O Estado assegura aos exploradores do trabalho animal tudo aquilo que eles sonham aos animais explorados, que vivem uma vida miserável, sem poder exercitar seu comportamento natural e privados dos mais básicos cuidados para sobrevivência, sendo açoitados quando não trabalham e descartados quando não conseguem mais trabalhar.

Uma das funções da lei é guiar comportamentos e institucionalizar valores. A proibição das carroças de tração animal pela Câmara Municipal de Curitiba traz para seus cidadãos o valor do respeito entre espécies e uma maior consideração e respeito para com os animais.

Anderson Furlan, juiz federal, é mestre e doutorando em Ciências Jurídico-Econômicas e presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe).

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

FRANCISCO RAZZO

O animal responsável e a irresponsabilidade humana

Em surpreendente decisão por unanimidade, vereadores de Curitiba aprovaram um projeto de lei que proíbe o uso de veículos movidos por tração animal. Em resumo, isso significa o seguinte: carroça, só se for puxada pelos nossos parentes literalmente mais próximos: os *Homo sapiens*.

A decisão levanta um profundo paradoxo ético: vivemos a humanização do animal ou a animalização do humano? Com o nobre objetivo de evitar que carrinheiros abusem dos cavalos, a resolução, ao proibir o uso de carroças dentro da cidade, não deixa dúvidas a respeito do quanto o nosso dilema pode ser tremendamente significativo.

Entretanto, as perguntas mais importantes a serem feitas neste momento são outras: a preocupação com os maus-tratos e, conseqüentemente, com a saúde dos animais implica a proibição do uso de todos os veículos com tração animal? Vale mesmo a pena transformar um problema acidental — a “desumana” maneira como os alguns animais vêm sendo tratado pelos seus proprietários — em um problema formal?

Acredito que a única resposta sensata para essas duas perguntas só poderá ser um categórico “não”.

Inúmeras famílias de Curitiba dependem do uso de animais para melhorar o transporte de cargas mais pesadas e, com isso, garantir trabalho digno e o sustento básico dos próprios filhos — na verdade, civilizações inteiras se desenvolveram justamente porque souberam utilizar da força, destreza, coragem, resistência, afetividade, companhia e até da inteligência dos animais. Animais são ótimos para trabalhar na lavoura, no transporte, excelentes na guerra e, acima de tudo, grandes companheiros.

De fato, e isso não poderia ser esquecido, animais não humanos não são simplesmente nossos escravos. Os

06 OUT 2015

GAZETA DO POVO

animais devem formar conosco uma certa comunidade de parceiros; em outras palavras, são companheiros na construção e aperfeiçoamento da nossa vida social, econômica e, acima de tudo, cultural. Nesse sentido, maus-tratos não podem ser justificados simplesmente por eles serem apenas animais e nós, os humanos, os seus donos.

O título de proprietário, no que diz respeito aos animais, impõe nossa capacidade de cuidado e responsabilidade. Ter responsabilidades com os animais é sinal da nossa própria humanidade. Com efeito, tratá-los como nossa propriedade não significa que tudo está permitido. Pelo contrário, o direito de utilizá-los implica o dever de cuidar muito bem deles, e é exatamente esse ponto que o projeto de lei aprovado não contempla.

Atualmente, a importante discussão sobre os direitos dos animais revela muito mais acerca de nós mesmos. Torna-se irrelevante saber se animais são naturalmente portadores de direitos. Não interessa saber se eles são ou não dignos dos mesmos direitos que os homens, visto que jamais seriam capazes de partilhar dos mesmos deveres. Por outro lado, o importante está em saber que maltratá-los não se justifica moral e legalmente. Em última instância, maltratá-los só revela o que há de pior em nós.

Não resta dúvida de que os maus-tratos com relação aos animais deveriam ser considerados crime. Mas criminalizar o uso de todos os animais para a suposta nobreza do nosso desenvolvimento obviamente não faz o menor sentido. O excesso dessa humanidade com relação aos animais, no fundo, caracteriza o forte indício de que ainda não superamos a nossa própria condição animal.

Francisco Razzo é mestre em Filosofia pela PUCSP.

06 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ
CASO YARED CONTINUA SEM SENTENÇA



MÃES QUE NÃO ESQUECEM!

ETERNO SOFRER

É o que sente a família da mãe, **Christiane Yared**, que espera por justiça "pra enterrar meu filho". Enquanto vive a saudade amarga, ela só vê um remédio pra isso: lei e punição.

06 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

"PUNAM O HOMICIDA!"

Mais de seis anos da morte de seu filho, provocada pelo ex-deputado Fernando Carli, o sofrimento da mãe continua

Edilson Pereira
geral@tribunadoparana.com.br

Gilmar Rafael Souza Yared morreu no dia 7 de maio de 2009 aos 26 anos, quando o Passat SW, placas ANR-0097, dirigido pelo então deputado Luiz Fernando Carli Filho (PSB), com 27 anos, decolou por volta da 1 hora da madrugada na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, no Mossunguê, e além de arrancar a parte superior do veículo em que a vítima se encontrava, um Honda Fit, placas BEK-9253, tirou também a vida do acompanhante, Carlos Murilo de Almeida, de 20 anos. O carro de Carli estava em alta

velocidade e o dos rapazes que tiveram a parte superior do corpo arrancada estava entrando lentamente na rua em que ocorreu o acidente. As evidências apontam para a participação de Carli em um racha.

Nestes seis anos e sete meses, a mãe de Gilmar, Christiane Yared, se transformou num símbolo quase isolado do combate aos homicídios no trânsito e em particular, na luta pelo julgamento de Carli, para que o crime além de não cair no esquecimento, não caia também na impunidade. De lá para cá, Christiane enfrentou tudo que foi tipo de ameaças e propostas para esquecer o assunto. "Primeiro um homem me visitou na confeitaria e me ofereceu dinheiro. Falou em 200 mil, subiu para 300, depois 500 e finalmente 1 milhão. Ele voltou outros dias e como não obtive a resposta que queria, ele fez ameaças. Ele dizia: a senhora não sabe com quem está mexendo, Dona Christiane. A senhora está falando demais", conta ela.

"Depois foi uma senhora que me disse que a proposta podia ser maior e chegar a 5 milhões. Eu respondi: a senhora tem

três filhos, a senhora trocaria a vida de um deles por este dinheiro?", conta ela. O assunto morreu ali. As ameaças noturnas por telefone tiraram o sono de Christiane muitas noites e a lembrança do filho no caixão impediram muitas outras que dormisse. Ela perdeu a conta de quantas lágrimas derramou. Hoje com imunidade parlamentar, depois de eleita o ano passado deputada federal pelo Partido Trabalhista Nacional, com a maior votação no estado, 200.144 votos, as ameaças cessaram. Mas a luta não.

Aos 55 anos, Christiane ainda carrega como resultado de sua luta a campanha "190 km por hora é crime" e a fundação do Instituto Paz no Trânsito. No Congresso, ela se empenha em introduzir mudanças na legislação para evitar que os homicidas do trânsito escapem como ratos pelos ralos da legislação brasileira e fiquem impunes. A seguir, os principais trechos de sua entrevista concedida em sua residência numa tarde de segunda-feira a este repórter da Tribuna do Paraná e ao jornalista Sandro Dalpicolo, da RPC.

Anatomia de uma dor
"A coisa mais triste é enterrar um filho. Eu me lembro que no dia 7 de maio meu filho almocou conosco, me deu um beijo e outro no gal dele e foi embora. Disse que ia se encontrar com os amigos. Depois disso eu fui ver o meu filho em um caixão lacrado. Nem sabia o que tinha acontecido exatamente com ele. Foi saber no domingo, Dia das Mães, que me contaram que a parte superior do corpo tinha sido arrancada. Este foi meu presente do Dia das Mães. A cabeça de meu filho. É uma dor insuportável. Depois vem outras dores, a dor da revolta, a dor da aceitação, a dor da saudade que vai amenizando. Esta última é um remédio amargo. Não é normal enterrar um filho porque um filho é um sonho. E isto nos leva a madrugada e noites intermináveis."



CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

06 OUT 2015

O que aconteceu?

"Tem muitas coisas que não fecham neste acidente. Os radares desapareceram e as imagens filmadas do que acontecia nas ruas sumiram. Por quê? Quem fez isto? Cadê as imagens e por que elas sumiram? A oferta de dinheiro para que esquecesse o caso. E, depois, as ameaças de morte que recebi. Eu quero que as pessoas entendam que eu não quero vingança, eu quero justiça. Eu preciso de ter a certeza de que existe justiça, porque eu tenho outros dois filhos e tenho netos. E eles precisam conviver em um ambiente que existe justiça. Todo mundo precisa".

Quem era esta pessoa?

"Tem muita coisa para vir à tona. Os rumores na cidade são grandes. Quem eram as pessoas que estavam fazendo racha naquela noite em que meu filho morreu? Quando esta pergunta vai ser respondida? Porque teve um racha naquela noite. E a pessoa que estava participando era muito importante. Quem era esta pessoa? Hoje a minha luta é para levar o deputado Carli ao banco dos réus.

A justiça é morosa, embora a justiça do Paraná seja exemplar. No entanto, as brechas na lei permitem essa morosidade. Eu e meu esposo precisamos enterrar o meu filho. E isto só será feito quando a justiça for feita".

Quanto custa um filho?

"Eu tive meus telefones grampeados. Ainda hoje tenho. Me ofereceram dinheiro para esquecer o caso. Muito dinheiro. Lembro como hoje que entrou um policial no café. Ele disse que ia mostrar uma coisa. Perguntou, como é que a senhora está? Ele disse que trabalhava com um fulano. Uma coisa maluca. Ele foi direto. Quanto é que a senhora quer? Duzentos mil, trezentos mil, quinhentos mil, 1 milhão? Eu respondi que não tinha dinheiro no mundo que resolveria esta situação. Ele foi lá durante quinze dias na empresa. No final ele dizia: Está falando muito Dona Cris".

Eles estão atrasados

"Eu não posso esquecer que o meu presente do Dia das Mães em 2009 foi a cabeça de meu filho. A família do deputado Carli nunca me procurou. Após o acidente, a mãe dele disse que ia me procurar. Nunca me procurou. Ninguém. Não recebi nem um telefonema. Faz seis anos. Eles estão atrasados para o enterro do meu filho. Hoje a nossa conversa acontece nos tribunais. Eu poderia perdoar. Mas ele não se arrependeu do que fez. Nem Deus perdoa quem não se arrepende. Perdoar naturalmente não significa ausência de punição. O erro tem que ser punido. Punam o homicida".

CONTINUA

CHEGA DE MATANÇA!



Existe remédio para a doença: leis e punição

Edilson Pereira
geralreda@tribunaparana.com.br

O sofrimento não pode ser uma coisa inútil. Foi pensando assim que Cristiane Yared resolveu transformar a ebulição provocada por sua dor em algo construtivo. “Um amigo advogado disse o seguinte: a nossa luta é pegar quem provocou a tragédia. Vamos concentrar o foco na condenação de quem provocou o acidente e cometeu o homicídio. Que foi ele. Fernando Carli. Que praticou um homicídio”, conta ela. Mas não apenas ele. Todos os que, como o ex-deputado, usam o carro como uma arma para tirar a vida de pessoas que tem o direito de viver. “Seis anos depois o que eu posso dizer é que a indignação não pode morrer. É preciso manter a indignação para focar na mudança no cumprimento das leis. É preciso que as leis sejam efetivadas. Nós temos leis. Mas nossas leis não são cumpridas”, diz ela.

O trânsito brasileiro se transformou numa doença perigosa. Numa espécie de câncer que precisa ser combatido. O remédio para esta doença são as leis. “É a mesma coisa que existir um remédio para o câncer e ninguém dar este remédio. Ele não serve de nada se não for medicado. A minha luta é para que os crimes culposos de trânsito se tornem dolosos. Os casos de quem dirige e mata hoje são culposos.

Eles têm que ser dolosos”, diz ela. Só assim um irresponsável que usa as ruas como pista de corrida ou de maneira contrária a uma convivência civilizada vai pensar duas vezes antes de agir com irresponsabilidade.

Para ela, do jeito que a situação está hoje, a vítima pago o pato e o infrator escapa de ser punido. “O infrator acaba se beneficiando porque a família não vai atrás de justiça. É muito dolorido ficar correndo atrás de punição, pois a cada dia a pessoa se lembra do caso. É uma forma de deixar a ferida viva. Ficar revivendo tudo é triste”, diz ela. “Além disso, tem outro problema, é caro correr atrás de punição para o infrator, porque tem que pagar advogado, os processos são demorados, tudo isso acaba sendo favorável a quem comete homicídios no trânsito”, acrescenta.

Ela convoca pessoas que perderam parentes no trânsito. “Não se pode desesperar. Por isso é que esse grito nosso é para que leve outras famílias a gritarem juntas conosco contra os assassinos de trânsito. Isto tem que acabar. Morre-se muita gente no trânsito do Brasil. Isto é inadmissível. Por isso eu digo que tem que focar na indignação, tem que focar no fechamento das brechas que existem nas leis, tem que focar na punição dos homicidas”, afirma. A sua posição é clara: “Eu quero punição para o homicida do trânsito. País que não pune, não pode reclamar. Nossas leis são boas. O problema é que elas não são aplicadas. E o que impede a sua aplicação são as brechas. Precisamos que as leis sejam cumpridas, o que não acontece. Precisamos transformar os crimes culposos de trânsito em crimes dolosos”, diz ela.

CONTINUA

06 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

O GRITO

"Pessoas fazendo racha, motoristas falando ao celular, tudo isto faz parte do nosso cotidiano. E isto não pode. Beber e dirigir não pode. Quem bebe uma taça de vinho perde reflexos. Vai frear com atraso de sete metros. É o suficiente para arrastar para a morte todas as pessoas que estão no ponto de ônibus", diz ela. "Curitiba, por exemplo, mata os seus velhinhos no trânsito. Muitas vezes por imperícia, imprudência e negligência, mas muitas vezes por assumir um risco que não devia ser assumido", acrescenta. "Pessoas formadas (adultas) só se corrigem se forem punidas. Agora, com as crianças, o país tem que investir em educação. Nós (do Instituto Paz no Trânsito) temos salvado vidas, nós estamos transformando infratores em educadores, ao transformar a pena de serviços à sociedade numa forma de educação. O infrator vai trabalhar de maquiagem, carregar acidentados, para ver a realidade do trânsito, para que vendo o drama destas pessoas se transforme em alguém que além de evitar cometer estes riscos propague para outras que nunca os cometam".



06 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

VAGA NO TC

O julgamento do caso Maurício Requião, que pede o retorno ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, foi adiado mais uma vez no Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Antes do adiamento, o relator do caso, desembargador Antonio Loyola Vieira, votou contra o mandado de segurança de Requião. Dois desembargadores acompanharam o relator. Já o desembargador José Sebastião Cunha abriu voto divergente, a favor de Maurício. Na sequência, Luiz Ozorio Panza pediu vista dos autos. Quatro desembargadores se declararam sob suspeição. O Órgão Especial do TJ é composto por 25 desembargadores. Requião foi afastado do cargo por força de uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou ilegal a nomeação porque o processo eleitoral foi iniciado antes da aposentadoria efetiva do ex-conselheiro Henrique Naigeboren.

06 OUT 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

CORRUPÇÃO NA RECEITA

Réus querem trancar ações

Fábio Silveira
do Jornal de Londrina

Um grupo de 12 auditores fiscais e um contador, réus nas ações penais da Operação Publicano, está tentando trancar as ações sob a alegação de que a delação premiada do auditor fiscal Luiz Antônio Souza é “prova manifestamente ilegal”. Essa tentativa se dá por meio de um pedido de habeas corpus junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A ação é assinada pelos advogados Arthur Travaglia, Vinícius Medeiros e Edgar Herrera.

Na Operação Publicano, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) investiga a denúncia de que auditores fiscais, contadores e empresários teriam formado uma “organização criminosa” pra facilitar a sonegação de impostos mediante pagamento de propina. Duas fases resultaram na

prisão de dezenas de pessoas. Mais de cem respondem a ações penais, dentre as quais 62 auditores fiscais.

De acordo com Travaglia, “se comprovada a ilicitude da delação”, essa decisão “contaminará todas as provas relacionadas” com as denúncias de Souza. Ele diz que a negociação da prisão domiciliar não está prevista na lei que trata da delação premiada. “Estamos alegando que não há nada na lei que permita oferecer esse tipo de prêmio”.

O advogado Eduardo Ferreira, que defende Souza, disse que considera “remota” a chance de a delação ser anulada. “A delação foi homologada por dois juízes e o precedente do Supremo Tribunal Federal no caso do Alberto Youssef [na Operação Lava Jato] é que a intervenção na delação premiada por outros réus não deve ser considerada”.

VEIOS

Deputados e senadores tentam hoje apreciar os vetos presidenciais que barraram projetos aprovados pelo Legislativo. Na pauta, há matérias consideradas sensíveis ao governo, como a que trata do reajuste salarial entre 53% e 78,56% aos servidores do Judiciário e a que estende a aplicação da regra do aumento do salário mínimo a aposentados e pensionistas do INSS.

TRIBUNAL

Os desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região (TRT9) elegeram Arnor Lima Neto como novo presidente ontem. Este ano houve disputa pra todos os cargos e Lima Neto foi eleito por 20 votos a 10. A candidata concorrente era a desembargadora Ana Carolina Zaina.

06 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

Governo irá ao STF contra julgamento de contas no TCU

Dilma tentará anular decisão se ministro acusado pelo Planalto participar

Tribunal decide manter sessão prevista para esta quarta; reprovação de contas poderá dar fôlego ao impeachment

O governo vai recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar anular o julgamento das contas da presidente Dilma Rousseff pelo TCU (Tribunal de Contas da União) se ele ocorrer com a participação do ministro Augusto Nardes, que é o relator do processo e é acusado de parcialidade pelo governo.

O julgamento das contas de 2014 da presidente está marcado para esta quarta (7) e preocupa o governo porque a tendência do TCU é reprovar o balanço apresentado por Dilma, o que poderá renovar o fôlego dos defensores da abertura de um processo de impeachment contra ela na Câmara dos Deputados.

Nesta segunda (5), o ministro Luís Inácio Adams, chefe da Advocacia-Geral da União, protocolou no TCU um pedido de afastamento de Nardes. Para o governo, o relator violou normas que regem o tribunal ao opinar sobre o caso em entrevistas e eventos públicos, demonstrando parcialidade e antecipando seu voto.

Após reunião com o presidente do TCU, Aroldo Cedraz, os ministros do tribunal decidiram manter o julgamento nesta quarta e discutir a reclamação do governo contra Nardes no início da sessão. A decisão representou uma derrota para o governo, que esperava ganhar mais tempo com a ofensiva contra o TCU.

Assessores da presidente acham que o governo tem uma chance de anular o julgamento se seus argumentos contra Nardes forem ignorados. Após entregar sua petição ao TCU, o próprio Adams anunciou que esse deverá ser o próximo passo do governo.

“O TCU pode entender que não há impedimento [do relator]. Essa decisão não é definitiva e pode ser reapresentada nas instâncias judiciais”, disse Adams, lembrando que os ministros do TCU devem seguir a Lei Orgânica da Magistratura, que impede os juízes de falar sobre os processos.

O governo voltou a acusar Nardes de parcialidade nesta segunda. “Ele chegou a dizer que sua decisão seria histórica. É evidente que antecipou seu voto antes de esgotadas as etapas de defesa do governo”, disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O ministro Nardes nega que tenha antecipado seu voto.

DESCONFORTO

A ofensiva do governo criou desconforto entre os integrantes do TCU. Alguns ministros já vinham se incomodando com a atitude do relator de falar em demasia sobre o caso, mas a forma como o governo anunciou a decisão de pedir seu afastamento, com uma entrevista de três ministros antes da apresentação dos argumentos ao tribunal, causou constrangimento maior. As chances de o pedido do governo ser aceito são pequenas.

O Palácio do Planalto já esperava a reação dos ministros do TCU, mas acredita que esta etapa será importante para a estratégia de recorrer depois aos tribunais superiores questionando a parcialidade de Nardes e pedindo a nulidade do julgamento do TCU.

A equipe da presidente Dilma já dá como certa uma derrota no julgamento, com a maioria dos nove ministros do tribunal votando pela rejeição das contas da presidente. Alguns ministros avaliaram, porém, que a estratégia de recorrer ao TCU foi equivocada, porque reforçou o corporativismo do tribunal e piorou a situação do governo.

CONTINUA

06 OUT 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Apesar de avaliar que a rejeição das contas não gera argumento jurídico para abertura de um processo de impeachment contra a presidente, sua equipe sabe que o resultado do julgamento será usado politicamente e, numa decisão política do Congresso, pode vir a ser usado para tentar afastá-la. (VALDO CRUZ, DIMMI AMORA, MARINA DIAS E CÁTIA SEABRA)

JULGAMENTO ASSOCIAÇÕES CRITICAM ATUAÇÃO DA AGU

Grupos de servidores do Tribunal de Contas da União lançaram nota de apoio ao processo de votação de contas de 2014 do governo conduzido pelo órgão.

As associações criticaram a atitude do governo de transformar num "ato político" a arguição de suspeição do relator do processo, ministro Augusto Nardes.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

GANHANDO TEMPO

Ação do governo pode atrasar votação no TCU

06 OUT 2015

A VOTAÇÃO

TCU havia marcado para quarta (7) a votação das contas do governo de 2014. Parecer do relator do caso, ministro **Augusto Nardes**, recomenda a rejeição



O PROBLEMA

O governo quer o afastamento do ministro, que, segundo seu entendimento, tem uma tendência contra o governo e contrariou regimento interno do TCU e a Lei Orgânica da Magistratura, que estabelecem que um juiz não pode se manifestar sobre processos em julgamento

O QUE ELE FEZ

28 set

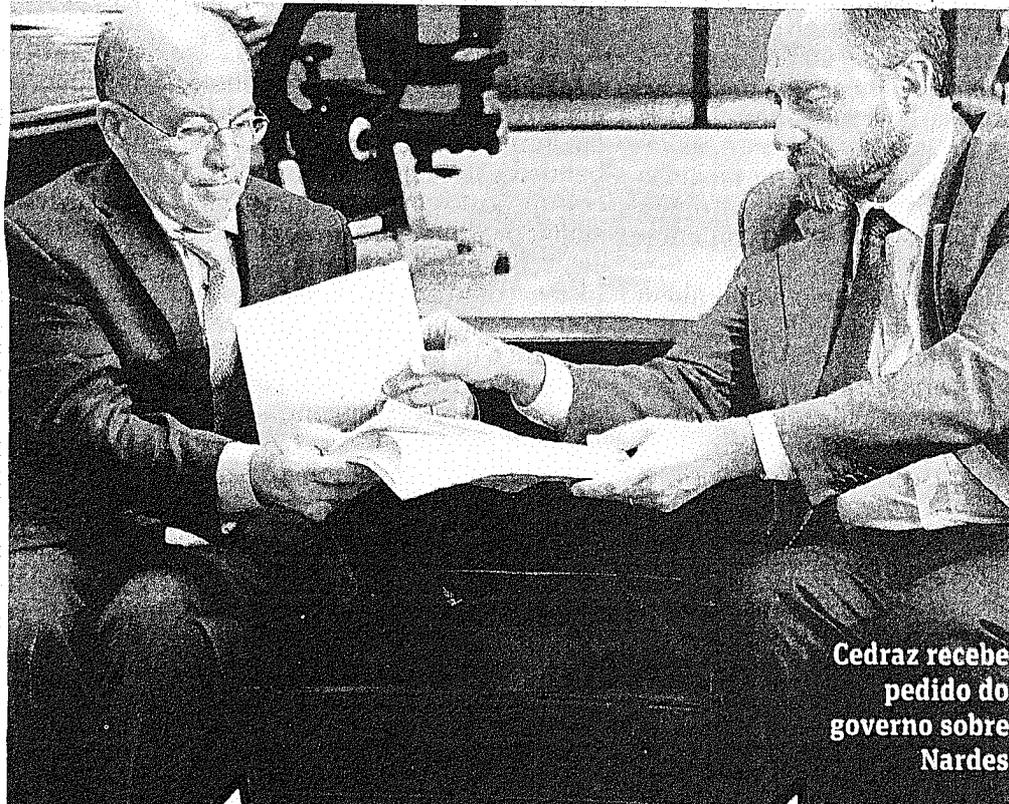
Recebe integrantes de movimento que pede o impeachment de Dilma Rousseff. Diz que "quanto mais breve possível" as contas forem julgadas, "melhor para a nação brasileira"

24 set

"O TCU fará história", disse em entrevista ao jornal "Valor Econômico" sobre a votação das contas no tribunal

4 out

"Uma coisa que vou lembrar é que essa matéria foi julgada duas vezes [no TCU]. A matéria já foi discutida e é de conhecimento público. Não vazei o voto. Não antecipei", disse ao não se declarar impedido



Cedraz recebe pedido do governo sobre Nardes

AROLDO CEDRAZ, presidente do TCU

Diz ver poucas chances de que o TCU mude a data da votação das contas de Dilma Rousseff, marcada para quarta (7)

LUIZ INÁCIO ADAMS, advogado-geral da União

"É uma decisão [a troca de relator] grave, difícil. Mas a conduta foi grave. O tribunal pode entender que não há impedimento. Essa decisão não é definitiva e pode ser reapresentada nas instâncias judiciais"

06 OUT 2015

METRO



CN

Julgamento pode ocorrer hoje

O processo contra o ex-presidente do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) Elayton Camargo (foto) pode ser incluído na pauta de julgamento de hoje do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), informou ontem a assessoria de imprensa do órgão federal. O relatório do conselheiro Paulo Teixeira está concluído, mas como o processo administrativo corre em segredo de justiça o CNJ não deu mais informações sobre o caso.

Moro encaminha 'Eletrolão' ao STF

Lava Jato. Após Ministro Teori Zavascki suspender na última sexta a ação sobre a Eletronuclear, juiz Sérgio Moro remeteu processos ao Supremo, abrindo espaço para mais um 'fatiamento'

O juiz Sérgio Moro encaminhou ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) os processos ligados às suspeitas de propina na usina nuclear de Angra 3. O caso tramitava no âmbito da Lava Jato, mas foi suspenso na última sexta por ordem do Ministro do STF Teori Zavascki.

A suspensão atendeu a uma reclamação do executivo Flávio Barra, da Andrade Gutierrez, preso com o presidente licenciado da Eletronuclear, Othon Pinheiro, na 16ª fase da Lava Jato, no final de julho.

A defesa de Barra argumentou que o caso não tem relação com a Petrobras, e que durante as investigações foi citado o Senador

Edison Lobão (PMDB), que tem acesso a foro privilegiado. Por essa razão, o caso não estaria sob a responsabilidade de Moro.

O juiz encaminhou os processos ao STF com a ressalva de que a ação "não narra crimes envolvendo autoridades com foro".

O processo deve tomar o mesmo rumo do que investiga desvios no Ministério do Planejamento e envolve a Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). Por não ter conexão com a Petrobras, o caso foi tirado da Justiça Federal do Paraná no fim de setembro.



RAFAEL NEVES

METRO CURITIBA

METRO

06 OUT 2015

BEM PARANÁ

Moro manda caso Eletronuclear ao STF

O juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, remeteu ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) seis processos e um inquérito relacionados a suposto esquema de propina nas obras da Usina de Angra 3, da Eletronuclear, envolvendo o ex-presidente da estatal almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva.

A medida atende determinação do ministro Teori Zavascki, do STF, que suspendeu a ação. Na investigação, um dos alvos, o presidente da Andrade Gutierrez

Energia, Flávio David Barra, citou o senador Edison Lobão (PMDB-MA). O parlamentar detém foro privilegiado junto a Corte máxima.

No dia 30 de julho, Flávio David Barra prestou depoimento à Polícia Federal e afirmou que o dono da UTC Engenharia, Ricardo Pessoa, pediu doação para campanhas eleitorais do PMDB. Pessoa teria dito que falava 'em nome' do senador Edison Lobão.

Barra foi preso na Operação Radioatividade, 16ª fase da Lava Jato, em 28 de

julho deste ano, sob suspeita de pagamento de propina para Othon Luiz Pinheiro da Silva, que também foi capturado pela PF, por ordem do juiz federal Sérgio Moro. Os dois investigados, Barra e Othon, estão presos em Curitiba, base da operação.

A defesa de Barra entrou com Reclamação no STF, pedindo a suspensão da ação penal que o dirigente da empreiteira responde em Curitiba. Segundo os advogados do executivo, houve usurpação de competência do STF.

JORNAL DO ÔNIBUS

Eletronuclear

O juiz federal Sérgio Moro enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) seis processos que tratam de supostos desvios de dinheiro na construção da Usina Nuclear Angra 3, investigados na Operação Lava Jato. Moro cumpriu determinação do ministro Teori Zavascki, que, semana passada, suspendeu os processos. Com a decisão, as audiências de testemunhas de acusação dos investigados também ficaram suspensas.

05 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal mantém denúncia contra ex-deputada

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou que o processo criminal movido contra a ex-deputada Aline Lemos Correa de Oliveira juntamente com outros seis réus da Operação Lava Jato, entre eles seu pai, Pedro Corrêa, seja desmembrado e a parte relativa a ela remetida novamente à 13ª Vara Federal de Curitiba para reinicialização dos atos processuais.

Segundo o relator do processo, desembargador federal João Pedro Gebran Neto, houve inversão na ordem processual e testemunhas de acusação foram ouvidas antes da terminasse o prazo para a defesa preliminar da ré. "Tratando-se de inversão do rito processual, possibilitando a apreciação das razões defensivas somente após o reforço das provas testemunhais, não vejo outra solução que não o provimento dos embargos de declaração com a cisão do processo exclusivamente com relação à corrigente, com o refazimento dos atos processuais, até mesmo como forma de preservar a utilidade do processo de eventual nulidade".

Dessa forma, a denúncia contra Aline será mantida e remetida ao juiz federal Sérgio Moro para que seja reiniciada a instrução. Para os demais réus do processo, que são, além de Pedro Corrêa,

Alberto Youssef, Fábio Correa de Oliveira Andrade Neto, Rafael Agulo Lopez, Ivan Vernon Gomes Torres Júnior e Márcia Danzi Russo Correa de Oliveira, o trâmite seguirá normalmente em ação única.

Aline responde por peculato. Ela é acusada pelo Ministério Público Federal (MPF) de ter desviado recursos públicos destinados à contratação de sua assessoria parlamentar para si e para terceiros. Segundo a denúncia, a ex-deputada teria nomeado uma secretária parlamentar sem que esta prestasse efetivamente o serviço.

05 OUT 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Walmart terá que indenizar empregada enquadrada como portadora de necessidades especiais

A WMS Supermercados do Brasil (Walmart) não conseguiu em recurso para o Tribunal Superior do Trabalho reverter decisão do TRT do Rio Grande do Sul que a condenou em R\$20 mil por danos morais a uma empacotadora enquadrada erroneamente como portadora de necessidades especiais.

Na ação ajuizada na 2ª Vara do Trabalho de Gramado (RS), a trabalhadora alegou que foi admitida na função de “empacotadora especial” – cargo destinado aos portadores de necessidades especiais, mesmo sem possuir limitações físicas ou neurológicas. O objetivo, segundo ela, foi para que empresa atendesse à exigência prevista no artigo 93 da Lei 8.213/91.

Devido ao enquadramento, recebia salário inferior ao mínimo nacional, pois tinha que cumprir jornada reduzida. Além da reparação pelos danos à imagem, ela requereu a retificação da carteira de trabalho para a função de “empacotador” e o pagamento das diferenças salariais recorrentes a mudança de função.

Em sua defesa, o WalMart contestou as pretensões da trabalhadora e informou que o termo “especial” não se referia a condição do empregado, mas, sim, a carga horária da função que, ao invés de 8h diárias, devia ser cumprida em jornada de 6h.

O juízo de origem não acolheu os argumentos da rede de supermercados, entendendo que a empresa não comprovou que outros empregados trabalhavam nas mesmas condições, sem que fossem portadores de necessidades especiais. O entendimento foi mantido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS).